



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,86% São Paulo	185.229 185.814	R\$ 5,168 (+1,28%)	R\$ 1.621	R\$ 5,884	13,65%	13,65%	0,67 0,58 0,16 0,07 -0,32
0,68% Nova York	18/9 21/9 22/9 23/9	14/setembro 15/setembro 16/setembro 22/setembro	Últimos 5,169 5,155 5,151 5,108				

APOSTAS ESPORTIVAS

Governo estuda proibir bets no Brasil

Assim que desembarcou de Nova Iorque, onde participou da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), presidente Lula discutiu a elaboração de uma medida provisória para banir o jogo on-line do país

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) articulou, ontem, qual será a posição do governo federal sobre as apostas online no Brasil. De volta ao país após participar da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, Lula reuniu-se no Palácio da Alvorada com integrantes da equipe econômica para discutir medidas de restrição ou proibição do setor.

Participaram do encontro o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, e o ministro do Planejamento, Bruno Moretti. A equipe econômica apresentou ao presidente alternativas para o enfrentamento das apostas virtuais. A decisão final, porém, caberá a Lula. Entre os cenários avaliados estão o banimento completo das bets ou uma restrição parcial da atividade.

Na hipótese de proibição total, seriam atingidas tanto as apostas esportivas quanto os cassinos on-line, incluindo plataformas associadas a modalidades como o chamado “Jogo do Tigrinho”. Outra possibilidade em análise é concentrar as medidas nos cassinos virtuais e adotar novas restrições à publicidade relacionada às apostas.

O tema ganhou espaço dentro do Palácio do Planalto em meio à intenção de Lula de definir uma posição antes do primeiro turno das eleições. A medida também deverá integrar a comunicação eleitoral do governo.

No início do mês, Lula declarou publicamente que, caso dependesse de sua vontade pessoal, acabaria com as apostas on-line. Na ocasião, entretanto, ressaltou que, como presidente, precisaria considerar os impactos políticos, econômicos e sociais de uma eventual decisão.

CNBB reforça campanha contra

» RAPHAEL PATI

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) voltou a se posicionar contra a legalização das bets e sites de apostas no país. Em encontro, ontem, com jornalistas na sede da conferência episcopal, as lideranças do grupo destacaram os malefícios da ludopatia para as famílias brasileiras e para a sociedade, em geral. Não é a primeira vez, inclusive, que a CNBB se manifesta oficialmente contra a propagação dessas empresas no Brasil. Desde 2016, antes mesmo dos jogos serem legalizados, a conferência já publicava notas contra a autorização.

O presidente, Dom Jaime Spengler, arcebispo metropolitano de Porto Alegre, afirmou que as estatísticas mostram um cenário de aumento do endividamento e dos casos de depressão com o uso descontrolado das bets. Um estudo elaborado pelo Comitê Nacional de

Joédson Alves/Agência Brasil



Sites de apostas legalizadas seguem determinações pelas quais é possível detectar se o apostador é beneficiário de programas do governo

A expectativa entre auxiliares é de que Lula possa divulgar a medida ainda nesta quarta-feira. Não há confirmação de um anúncio oficial em Brasília, mas o presidente deverá participar à noite de um evento com artistas na Fundação Progresso, no Rio de Janeiro, onde poderá abordar o assunto.

Pesquisa apoia

A discussão ocorre no mesmo dia em que uma pesquisa Atlas/Bloomberg apontou forte apoio dos brasileiros ao fim das apostas online. Segundo o levantamento, 75% dos entrevistados defendem a proibição das bets, enquanto 60%

consideram que a atividade provoca apenas prejuízos à sociedade. Os dados também mostram um cenário de cobrança sobre o governo federal. Para 36% dos entrevistados, a principal responsabilidade pela disseminação das bets no país é do governo Lula. Outros 25,4% atribuem a responsabilidade ao governo Jair

Bolsonaro, enquanto 16,5% apontam o Congresso Nacional. Os números colocam o governo diante de uma questão política adicional: além de decidir o alcance das novas medidas, o Planalto precisa lidar com a percepção de parte da população sobre a responsabilidade pela expansão do setor.

Fiana Tonhá/CNBB



Dom Jaime, presidente da CNBB, disse que é preciso encontrar caminhos para enfrentar o vício

“A paixão do jogo pode tornar-se uma grave servidão. Apostar injustamente ou fazer batota nos jogos constitui matéria grave, a menos que o prejuízo causado seja tão leve que quem o sofre não possa razoavelmente considerá-lo significativo”, aponta o número 2413 do CIC.

Dom Ricardo Hoepers, secretário-geral da CNBB, no entanto, foi ainda mais enfático e disse que os bispos são “totalmente contra” as bets e que ela gera um “comprometimento moral” em todos os níveis. “Há um problema difícil, um problema moral

que existe, há um problema social, há uma crise em torno, não só da situação dessas famílias com o endividamento, mas também na vida espiritual e psicológica de todas essas pessoas”, avalia Hoepers, que também é bispo auxiliar de Brasília.

O que dizem os candidatos

» LUIZA ALTOÉ

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva endurece o discurso e promete “acabar” com as bets e com o endividamento gerado pelo vício, o plano de governo do petista, aborda o assunto com mais cautela e promete ampliar profissionais e as estratégias de assistência para aqueles viciados em jogos de apostas. Além disso, ele propõe o monitoramento da evolução do endividamento das famílias e empresas, “mantendo os mecanismos de controle de gastos excessivos em apostas on-line”.

Flávio Bolsonaro, por outro lado, diz ser contra qualquer tipo de aposta e defende que o “Tigrinho” e outros cassinos on-line sejam proibidos. No entanto, o candidato também defendeu a possibilidade de manter apostas esportivas com “alguma forma de controle”. Em seu plano de governo, o bolsonarista sugere proibir o uso dos recursos de programas sociais para apostas. Ele também defende a promoção de campanhas educativas e de conscientização sobre os riscos do endividamento com jogos.

Ronaldo Caiado (PSD) também tem um discurso duro contra as bets e já prometeu que, se eleito, terá uma “mão pesada” contra esses jogos. Ele destina uma parte do plano de governo para ações de combate ao vício em apostas, tratando delas como uma ameaça econômica, social e de saúde pública.

O ex-governador de Goiás aponta para a regulamentação e endurecimento das regras, além da criação de um teto limitando os gastos das famílias com os jogos. Além de defender o combate à publicidade irregular, ele pretende priorizar a atuação da segurança pública e inteligência financeira para bloquear fluxos financeiros, interromper operações clandestinas e punir operadores ilegais.

Apesar de Zema, Renan Santos e Cury não mencionaram no seus planos de governo propostas contra bets, os candidatos têm um discurso contrário a esse tipo de jogo. No caso do ex-governador de Minas Gerais, ele diz que seu primeiro ato será “acabar com as bets” se for eleito. Ele associa o vício aos jogos ao da cocaína e usou em algumas agendas de campanha uma camisa com a frase “chega de bets” escrita.

No mesmo sentido, Renan Santos já prometeu em eventos que as bets “serão destruídas” no seu governo. Augusto Cury, por outro lado, defendeu em entrevista a TV Globo a elevação de impostos para bets, chegando ao patamar de 52%.

Dados da terceira edição do *Boletim Fiscal dos Estados Brasileiros*, elaborado pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), apontaram que as apostas on-line geraram uma saída líquida de R\$ 62,5 bilhões do orçamento das famílias brasileiras em 2025.